

O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA COMO FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Recebido em: 18/04/2023

Aceito em: 18/05/2023

DOI: 10.25110/arqsaude.v27i5.2023-015

Mônica Oliveira Rios¹
Camilla Cerqueira Santana²
Sara Carvalho de Almeida Pereira³
Adrielle Onofre de Souza Brito⁴
Lidiane Vitória Souza⁵
Luana Rocha Leal⁶

RESUMO: Introdução: O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído no ano de 2007, tem o objetivo de promover saúde através do processo educacional, oferecendo o conhecimento adequado e possibilitando a redução de vulnerabilidades que podem vir a comprometer o desenvolvimento de crianças e adolescentes, valorizando a parceria entre profissionais de saúde no contexto escolar. Objetivo: Descrever a experiência de acadêmicas de enfermagem atuando no PSE através de uma abordagem sobre sexualidade na adolescência e enfatizar a importância do papel da enfermeira para promoção da saúde por meio da educação. Metodologia: Estudo descritivo e qualitativo, do tipo relato de experiência, realizado durante as atividades do Estágio Supervisionado I, do curso de Bacharelado em Enfermagem, de uma universidade do interior da Bahia, em uma escola pública municipal do interior da Bahia, no mês de junho de 2022. Principais resultados: Os estudantes não demonstraram constrangimento acerca da temática e estavam participativos, porém, alguns estudantes apresentaram uma postura de desinteresse no que se refere à seriedade do assunto abordado. Percebeu-se que estes possuem conhecimento prévio acerca da temática de saúde sexual e reprodutiva. Todavia, ainda apresentam dúvidas acerca da transmissão das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), o que contribui para o aumento da ocorrência dessas doenças nessa população. Conclusão: Portanto, destaca-se a importância do PSE e da atuação da enfermeira para educação sexual, o que reflete na qualidade de vida dos adolescentes, bem como na prevenção dos riscos e agravos à sua saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Educação Sexual; Adolescência.

¹ Doutoranda em Enfermagem. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

E-mail: morios@uefs.br

² Graduanda em Enfermagem. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

E-mail: camillacsantana2@gmail.com

³ Graduanda em Enfermagem. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

E-mail: sara.carvalho32@hotmail.com

⁴ Graduanda em Enfermagem. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

E-mail: adrielleosbrito@gmail.com

⁵ Graduanda em Enfermagem. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

E-mail: lidiane_vitoria_souza@hotmail.com

⁶ Graduanda em Enfermagem. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

E-mail: luanar.leal3@gmail.com

THE HEALTH IN SCHOOL PROGRAM AS A TOOL FOR THE CONSTRUCTION OF SEX EDUCATION IN ADOLESCENCE: AN EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: Introduction: The School Health Program (PSE), established in 2007, aims to promote health through the educational process, offering adequate knowledge and enabling the reduction of vulnerabilities that may compromise the development of children and adolescents, valuing the partnership between health professionals in the school context. Objective: To describe the experience of nursing students working in the PSE through an approach on sexuality in adolescence and to emphasize the importance of the nurse's role for health promotion through education. Methodology: Descriptive and qualitative study, of the type of experience report, carried out during the activities of Supervised Internship I, of the Bachelor of Nursing course, of a university in the interior of Bahia, in a municipal public school in the interior of Bahia, in June 2022. Main results: The students did not show embarrassment about the theme and were participative, however, some students presented a posture of disinterest regarding the seriousness of the subject addressed. It was noticed that they have previous knowledge about the theme of sexual and reproductive health. However, they still have doubts about the transmission of Sexually Transmitted Infections (STIs), which contributes to the increase in the occurrence of these diseases in this population. Conclusion: Therefore, the importance of the PSE and the nurse's performance for sexual education is highlighted, which reflects on the quality of life of adolescents, as well as in the prevention of risks and injuries to their health.

KEYWORDS: Nursing; Sex Education; Adolescence.

EL PROGRAMA SALUD EN LA ESCUELA COMO HERRAMIENTA PARA LA CONSTRUCCIÓN DE LA EDUCACIÓN SEXUAL EN LA ADOLESCENCIA: RELATO DE UNA EXPERIENCIA

RESUMEN: Introducción: El Programa Salud en la Escuela (PSE), creado en 2007, tiene como objetivo promover la salud a través del proceso educativo, ofreciendo conocimientos adecuados y posibilitando la reducción de vulnerabilidades que puedan comprometer el desarrollo de niños y adolescentes, valorizando la asociación entre profesionales de salud en el contexto escolar. Objetivo: Describir la experiencia de los estudiantes de enfermería que trabajan en el PSE a través de un abordaje sobre la sexualidad en la adolescencia y destacar la importancia del papel de la enfermera para la promoción de la salud a través de la educación. Metodología: Estudio descriptivo y cualitativo, del tipo relato de experiencia, realizado durante las actividades de Práctica Supervisada I, del curso de Licenciatura en Enfermería, de una universidad del interior de Bahía, en una escuela pública municipal del interior de Bahía, en junio de 2022. Principales resultados: Los alumnos no mostraron vergüenza con el tema y se mostraron participativos, sin embargo, algunos alumnos presentaron una postura de desinterés en relación a la seriedad del tema abordado. Se notó que tienen conocimientos previos sobre el tema de la salud sexual y reproductiva. Sin embargo, aún tienen dudas sobre la transmisión de Infecciones de Transmisión Sexual (ITS), lo que contribuye al aumento de la ocurrencia de estas enfermedades en esta población. Conclusiones: Por lo tanto, se destaca la importancia de la PSE y de la actuación de la enfermera para la educación sexual, lo que se refleja en la calidad de vida de los adolescentes, así como en la prevención de riesgos y daños a su salud.

PALABRAS CLAVE: Enfermería; Educación Sexual; Adolescencia.

1. INTRODUÇÃO

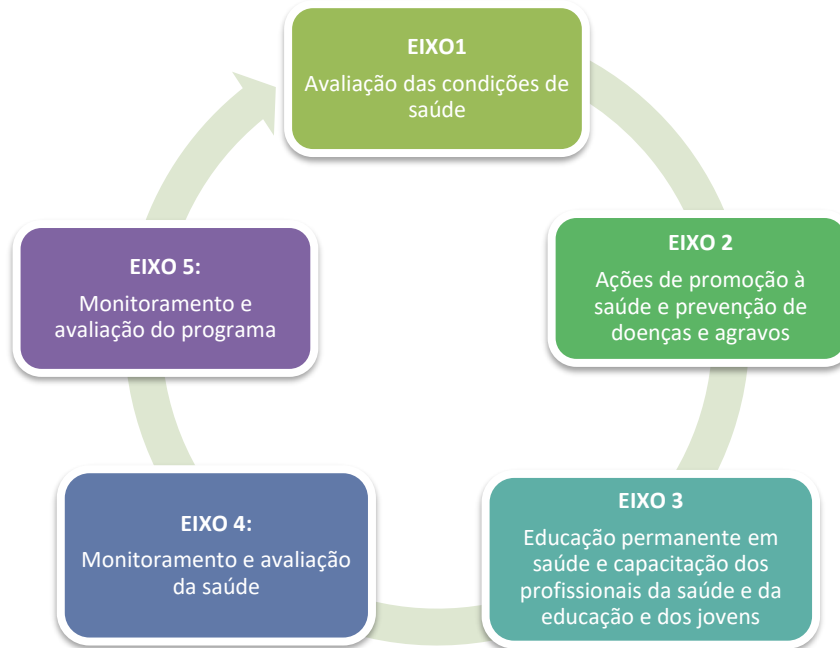
A saúde de uma determinada população não se restringe à cura das patologias que acometem a mesma, pelo contrário, a prevenção das doenças e promoção da saúde estão intrinsecamente relacionadas à melhoria da qualidade de vida e saúde da comunidade. A educação é capaz de transmitir conhecimentos e valores, propiciando o desenvolvimento de posturas críticas com relação ao âmbito social e estilo de vida, por isso educar também consiste em promover saúde (LOPES; NOGUEIRA; ROCHA, 2018).

A infância e a adolescência são fases em que há a formação de crenças e hábitos que muito provavelmente serão perpetuados até a fase adulta, e a escola tem grande participação no processo de transferência de conhecimentos e na promoção de ações educativas com pais, educadores e profissionais de saúde. Deste modo, a educação em saúde no ambiente escolar tem papel fundamental na construção de hábitos saudáveis e mudanças no estilo de vida, com vistas à promoção da saúde deste público jovem e prevenção de condições associadas a esta faixa etária (CARVALHO; ZANIN; FLÓRIO, 2020).

O Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído em 2007, pelo Decreto Presidencial Nº 6.286 por meio da união ente o Ministério da Educação e da Saúde com o intuito de promover ações de prevenção, promoção e assistência à saúde, garantindo a integralidade na formação e desenvolvimento dos estudantes da educação pública (BRASIL, 2007). Para que a educação em saúde seja efetiva é necessário compreender a realidade sociocultural em que está inserido o público-alvo, e assim adaptar o conhecimento e as contribuições a cada grupo que irá recebê-los, favorecendo a formação do pensamento crítico e reflexivo acerca dos problemas de saúde e estimulando a aquisição e o desenvolvimento de ações para a solução destas necessidades.

Segundo Lopes, Nogueira e Rocha (2018) o Programa Saúde na Escola (PSE) deve ser operado considerando os cinco eixos representados na figura a seguir:

Figura 01: Eixos do Programa Saúde na Escola (PSE)



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Deste modo, é possível atender as necessidades individuais e coletivas dos jovens por meio de medidas como triagem, encaminhamentos, orientações e educação em saúde (LOPES; NOGUEIRA; ROCHA, 2018).

Para Salvador e Silva (2018), a escola tem papel fundamental na formação humana e científica de uma sociedade e por isso é capaz de promover mudanças de concepções e hábitos sobre a saúde. Nessa perspectiva, a Educação Básica (EB) e a Atenção Primária à Saúde (APS) são responsáveis pela implementação das políticas específicas aos adolescentes visando à proteção social e a promoção da saúde. É possível compreender que a EB e a APS têm a função social de educar esses jovens e reduzir as vulnerabilidades identificadas, através de atividades que valorizem a multiplicidade de temas a serem trabalhados nessa fase, dentre eles a sexualidade.

De acordo com Silva, Alves e Fortes (2019), a enfermeira atua prestando assistência direta à saúde e como educadora. Assim, diante da sociedade atual, a enfermeira deve ter um pensamento crítico, ética, autonomia, resolutividade, além de refletir e transformar sua prática, mediante conhecimento técnico-científico e sensibilização para o ensino.

Considerando este cenário, a enfermeira atuante na APS deve exercer o papel de educadora, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade escolar através de atividades que promovam a saúde e a melhoria na qualidade de vida. No PSE a enfermeira

acolhe a função de facilitadora do processo educacional, fornecendo o conhecimento e promovendo o desenvolvimento de habilidades de autocuidado em saúde, propiciando a redução de vulnerabilidades que poderiam comprometer o desenvolvimento infanto-juvenil (CARVALHO; ZANIN; FLÓRIO, 2020).

Nesse contexto de transferência de conhecimento e incorporação de novos hábitos, Salvador e Silva (2018) consideram que a inserção dos temas relacionados à educação sexual no âmbito escolar favorece a disseminação de informações corretas e adequadas sobre práticas sexuais seguras e saudáveis, principalmente pelo fato de que a adolescência é um período em que há grande influência nas escolhas e comportamentos dos indivíduos. Logo, o intuito da educação sexual dentro do PSE é propiciar uma maior segurança na vida sexual dos adolescentes, minimizando os riscos de aquisição de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e gravidez.

A sexualidade é um amplo componente da vida que transcende o biológico e envolve as esferas psicológica e social, e por este motivo é influenciada pelas crenças e valores familiares e sociais. É na adolescência que a sexualidade assume função importante na formação da identidade e desenvolvimento da personalidade, que envolve não só o desejo e atração sexual, mas também a precocidade do início da atividade sexual. Desta forma, família, escola e enfermeira devem compor uma rede social de apoio aos jovens, com o intuito de fornecer informações corretas (ALVES; AGUIAR, 2020).

Assim, o PSE viabiliza a execução das práticas educativas em saúde e valoriza a parceria entre profissionais da saúde e da educação no ambiente escolar, de modo a agregar conhecimento sobre aspectos da sexualidade na adolescência com vistas a redução de vulnerabilidades e fatores de risco que envolvem a vida sexual do jovem. É importante ressaltar que para uma abordagem integral da temática da sexualidade no PSE, é necessário que a enfermeira considere aspectos de dimensões variadas como gênero, identidade sexual, reprodução, além de valores, crenças, vivências e comportamentos.

Diante do exposto, o presente estudo justifica-se na necessidade de demonstrar a importância do PSE para a educação sexual adequada na adolescência, reforçando a compreensão teórica e prática do programa como uma ferramenta de disseminação do conhecimento e estratégia para prevenção de IST e gravidez não planejada. O enfoque na enfermeira como agente educador ressalta ainda que a assistência integral em saúde deve ultrapassar os limites físicos do serviço de saúde, e alcançar este público e suas vulnerabilidades com o intuito de realizar ações de prevenção, promoção e atenção à saúde do adolescente.

Assim, o presente estudo tem como objetivo descrever a experiência de acadêmicas de enfermagem atuando no PSE através de uma abordagem sobre sexualidade na adolescência e enfatizar a importância do papel da enfermeira para promoção da saúde por meio da educação.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo, do tipo relato de experiência, que é uma metodologia que expressa às vivências acerca de uma temática, contribuindo para a produção do conhecimento científico, ou seja, as experiências vivenciadas por acadêmicos e profissionais são essenciais para a formação do pensamento crítico e para a reflexão sobre as situações vividas à medida que promove a associação das mesmas com a literatura científica (MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021).

O estudo foi desenvolvido no mês de junho de 2022, período correspondente ao semestre letivo em que ocorreu a última fase (fase somativa) do estágio do componente curricular obrigatório Estágio Supervisionado I, do curso de Bacharelado em Enfermagem, de uma universidade do interior da Bahia. O estágio supervisionado ocorreu em uma Unidade de Saúde da Família (USF) situada em uma cidade do interior da Bahia e foi dividido em 3 fases: diagnóstica, formativa e somativa, totalizando uma carga horária de 450 horas.

Na fase diagnóstica foi realizado o Planejamento em Saúde por meio da realização do diagnóstico situacional, com o intuito de conhecer os problemas da área de abrangência da USF campo de estágio, caracterizando o território e a população abrangida pelo serviço, para assim planejar ações voltadas para estes aspectos e implementá-las durante o período de estágio. Já na fase formativa as enfermeiras auxiliavam nas atividades desenvolvidas pela enfermeira e na última fase (somativa), assumiam a realização dessas atividades, como consultas, curativos, imunização e, entre outras ações, incluindo o Programa Saúde na Escola, sob supervisão da enfermeira preceptora e docente.

O cenário do estudo foi uma Escola Pública Municipal situada em uma cidade do interior da Bahia, onde no dia 14 de junho de 2022, as discentes, sob supervisão da docente e da enfermeira preceptora, realizaram uma atividade no formato de roda de conversa para os estudantes do 8º ano, onde foram abordadas temáticas voltadas para: direito sexual; saúde reprodutiva; prevenção à IST; AIDS e gravidez na adolescência,

utilizando dinâmicas e linguagem simples, a fim de transmitir o conhecimento de forma lúdica para os adolescentes que assistiam.

Foram realizadas 2 dinâmicas, a primeira delas denominada: “Contatos Pessoais” tinha o objetivo de facilitar a compreensão da transmissão sexual do HIV e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Assim, foi entregue 1 folha de papel para cada aluno com um figura já desenhada, as figuras variavam entre triângulo, quadrado e círculo e ao som de uma música os alunos deveriam passar o papel para o colega ao lado e ao parar a música eles deveriam copiar o desenho do colega que tivesse mais próximo.

Após o término da atividade, foi discutido com o grupo o significado das figuras e o que aconteceu com cada participante. Já a segunda dinâmica intitulada: “Mitos e Verdade” tinha o objetivo de refletir sobre os mitos relacionados à contracepção, fisiologia e IST. Assim, a turma foi dividida em 2 grupos, e cada grupo recebeu 1 placa com o nome mito e verdade. Em seguida, as discentes utilizaram 5 frases para orientar a discussão e cada grupo deveria chegar em um consenso e decidir se a afirmação que estava sendo dita configurava-se como mito ou verdade.

O presente estudo obedece aos aspectos éticos da pesquisa conforme a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que incorpora referências da bioética tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado (BRASIL, 2012). No entanto, não foi necessário submeter ao comitê de ética, por não conter participação dos estudantes do cenário de estudo em questão. No que se refere ao financiamento, este estudo não recebeu recursos financeiros para sua realização.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

No decorrer dos últimos 30 anos, a história da Educação Sexual no Brasil tem sido estudada por alguns autores, que buscaram sistematizar a relação entre sexualidade e educação nos diversos contextos sociopolíticos do país (BUENO; RIBEIRO, 2018).

Segundo Bueno e Ribeiro (2018) existiram seis momentos da Educação Sexual no Brasil. O primeiro deles tem início no período colonial, marcado pela diversidade étnica no intercuro sexual, repressão à sexualidade feminina, além das imposições da Igreja. O segundo momento, situado no século XIX, pode ser atribuído ao Império e à moral médica, que aprofundou seus estudos na área da concepção humana e exerceu forte

influência à época. Durante as primeiras décadas do século XX tem início o terceiro momento, conhecido pela publicação dos primeiros livros brasileiros abordando a temática da sexualidade com o intuito de nortear as práticas sexuais, bem como foi um período responsável por introduzir a discussão acerca da Educação Sexual no currículo escolar, embora contrária à posição da Igreja Católica, que associava a prática do sexo ao pecado e defendia a desinformação do assunto, por isso havia controle do discurso que era transmitido.

O quarto momento da Educação Sexual no Brasil ocorreu na década de 1960 com a instauração em algumas escolas do país de programas de Educação Sexual, a partir das mudanças sociais, culturais e políticas, que suscitaram o interesse da população pelo tema. Entretanto, com o golpe de Estado em 1964, houve uma intensa repressão às liberdades individuais, que culminou na intensa restrição dos programas e fechamento de algumas escolas (BUENO; RIBEIRO, 2018).

Somente a partir da abertura política no ano de 1978, a Educação Sexual passou a ser oficializada nas escolas, dando início ao quinto momento. No mesmo ano, ocorreu o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas, abrindo espaço para discussões mais amplas sobre a sexualidade através do enfraquecimento da censura. Durante a década de 1990, a orientação sexual foi reconhecida formalmente e deveria ser abordada em todas as disciplinas curriculares, evidenciando o sexto momento da Educação Sexual no Brasil (BUENO; RIBEIRO, 2018).

Com o advento da internet, houve mudança nos padrões de relacionamentos, os quais se tornaram mais frios, vazios e, muitas vezes, refúgio para carência e fragilidade emocional. Por isso, faz-se necessário que as escolas estejam disponíveis para abordar a sexualidade, pautada no diálogo (BUENO; RIBEIRO, 2018). Cabe às escolas, portanto, orientar, questionar e discutir aspectos da Educação Sexual, visto que as crianças já iniciam a vida escolar com uma bagagem de valores transmitida pela família ou grupo social ao qual estão inseridas (GODOY, 2018).

3.2 O CONHECIMENTO DOS ADOLESCENTES SOBRE SEXUALIDADE

A adolescência é definida por Brasil (2018) como sendo a faixa etária que compreende dos 10 aos 19 anos, sendo marcada por intenso desenvolvimento físico, cultural e social, em que o indivíduo apresenta necessidades de relacionamento com o outro, quando ocorre a busca pelos pares.

Dessa forma, o início da atividade sexual ocorre predominantemente na adolescência, pois nesse período ocorre o amadurecimento sexual e capacidade reprodutiva. No Brasil, estudos apontam que os meninos têm uma sexarca precoce em comparação com as meninas. Vieira *et al.* (2020) explica que isso reflete à necessidade de afirmação da masculinidade, valores familiares e sociais mais conservador, em que as meninas são desencorajadas a expressarem seus desejos sexuais.

Assim, o comportamento sexual do adolescente em iniciar a vida sexual precoce acarreta consequências no processo reprodutivo e na saúde quando acontece de maneira despreparada e inconsciente dos cuidados que se deve tomar, além disso, há possibilidade de maior número de parceiros sexuais ao longo da vida (SCALDAFERRI *et al.*, 2019).

Dessa forma, a vulnerabilidade social e sexualidade vivenciada de maneira precoce favorecem a gravidez não intencional na adolescência que, em comparação com a gravidez indesejada que ocorre na fase adulta, tem maiores consequências, uma vez que em sua maioria os adolescentes são dependentes financeiramente, e normalmente não possuem um relacionamento estável com parceiro fixo (ALMEIDA; ROCHA, 2015).

De acordo com Pinheiro, Pereira e Freitas (2019) a gestação em idade precoce é um problema para o desenvolvimento pleno desses pais imaturos, pois se trata de um fenômeno social e econômico que abrange aspectos psicológicos e financeiros, comprometendo, assim a qualidade de vida e crescimento pessoal e profissional do adolescente.

Almeida e Rocha (2015) ressaltam que, além da gravidez precoce, o adolescente está sujeito as IST, afirmando que, apesar desse grupo considerar o preservativo como método preventivo e que deve ser utilizado em todas as relações sexuais, há uma resistência quanto ao uso e também dúvidas sobre a transmissão das IST, o que torna o adolescente mais vulnerável a estas infecções.

Vieira *et al.* (2020) demonstraram em estudos que a primeira relação sexual dos adolescentes ocorreu predominantemente sem uso da camisinha, sendo utilizado pelas meninas apenas os anticoncepcionais orais e de emergência para evitar uma gestação indesejada.

No que concerne à realização das dinâmicas de “Mitos e Verdades” e “Contatos pessoais”, das quais os objetivos foram refletir sobre os mitos relacionados à gravidez na adolescência, anticoncepção e infecções sexualmente transmissíveis (IST), além de facilitar a compreensão da transmissão sexual do HIV e das IST, respectivamente, foi possível perceber que os estudantes não demonstraram constrangimento acerca da

temática e estavam participativos, de modo a interagir durante a realização das dinâmicas. Entretanto, alguns estudantes apresentaram uma postura de desinteresse no que se refere à seriedade do assunto abordado em sala de aula pelas enfermeirandas.

Foram realizadas 2 dinâmicas, a primeira delas denominada “Contatos Pessoais” tinha o objetivo de facilitar a compreensão da transmissão sexual do HIV e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Assim, foi entregue 1 folha de papel para cada aluno com um figura já desenhada, as figuras variavam entre triângulo, quadrado e círculo e ao som de uma música os alunos deveriam passar o papel para o colega ao lado e ao parar a música eles deveriam copiar o desenho do colega que tivesse mais próximo

No que se refere à dinâmica “Contatos pessoais”, as figuras utilizadas apresentavam o seguinte significado: triângulo= pessoa sadia, quadrado= pessoa com IST e círculo= portador de HIV. Ao final da atividade, cada adolescente tinha um papel com mais de uma figura desenhada. Assim, foi representado para os adolescentes que a cadeia de transmissão das infecções sexualmente transmissíveis não é influenciada pela aparência física, gênero nem cor. Portanto, um adolescente portado de IST/AIDS pode transmitir para todos com quem se relacionar. A partir disso, as enfermeirandas direcionaram a discussão para os seguintes pontos: “É possível prever quem é portador de uma IST/ AIDS levando em conta apenas a aparência física?” e “Que relação existe entre IST e HIV?”, além de abordar sobre a prevenção e situações de risco.

Durante a dinâmica “Mitos e Verdades” as enfermeirandas utilizaram algumas frases para direcionar a discussão, sendo estas: “Uma vez que uma menina tenha tido sua primeira menstruação poderá ficar grávida.”; “Um adolescente precisa da autorização dos pais para solicitar métodos anticoncepcionais num serviço de planejamento familiar.”; “Os jovens podem ter IST sem manifestar sintomas.”; “As camisinhas ajudam a prevenir a propagação da IST.” e “Uma vez que se tenha curado de uma IST não se volta a contraí-la”. Assim, diante dessas afirmações, os estudantes apresentaram respostas corretas em relação às frases ditas, relatando que haviam adquirido o conhecimento através da disciplina de biologia. Como indicado em Ferreira *et al.* (2019) temas voltados a sexualidade e saúde reprodutiva são, em geral, discutidos no ambiente escolar apenas por intermédio das disciplinas de ciências.

Dessa forma, podemos afirmar que as atividades realizadas pelas enfermeirandas através do Programa Saúde na Escola constituem-se como um processo educativo que possibilitou a participação dos estudantes, visto que os adolescentes foram convidados a participar e contribuir com o conhecimento prévio que possuíam. Assim, é imprescindível

a parceira entre as unidades de saúde e a escola, a fim de minimizar as vulnerabilidades que permeiam a vida do adolescente com impacto direto na sua saúde e qualidade de vida.

3.3 A IMPORTÂNCIA DO PSE PARA PREVENÇÃO DE IST E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

O Programa Saúde na Escola (PSE) faz parte das estratégias voltadas para a consecução da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) sendo, portanto, uma das Políticas Públicas de maior destaque na infância e adolescência no Brasil, promovendo ações de avaliação clínicas de estudantes, promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos, além de atuar na formação de profissionais da educação, da saúde e de jovens. Dessa forma, ressalta-se que a execução dessas atividades deve ser planejada e executada pela equipe de Saúde da Família (ESF) e pelos profissionais da escola (SILVA, *et al.* 2021).

De acordo com estudo realizado por Silva *et al.* (2021) as enfermeiras, como membros da ESF, que possuem o papel gerencial e assistencial nas Unidades de Saúde da Família, colaboram efetivamente na detecção precoce e promoção do cuidado, por isso têm se destacado como protagonistas na implantação do PSE, visto que o trabalho desenvolvido por estes profissionais têm promovido hábitos e estilo de vida mais saudáveis, além de modificar as condições sociais e ambientais do território, o que demonstra a grande inserção destes nas ESF e nas ações direcionadas à promoção da saúde na escola.

Dessa forma, enquanto acadêmicas de enfermagem e futuras enfermeiras, tivemos a oportunidade de realizar atividades de promoção à saúde e prevenção de agravos em uma escola municipal. Assim, utilizamos do suporte de ferramentas para sensibilizar os adolescentes acerca dos riscos e agravos que mais acometem essa população, como as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e a gravidez na adolescência, para isso desenvolvemos dinâmicas lúdicas e roda de conversa, além de adequar a linguagem, de forma a torná-la clara e objetiva, a fim de atrair a atenção e despertar a curiosidade e o interesse nas temáticas abordadas.

A sexualidade perpassa a vida do adolescente, na qual as causas da gestação podem ter variadas explicações, assim como diferir de cultura para cultura. A gravidez na adolescência é um fenômeno preocupante, sendo, portanto, um problema de saúde pública, proporcionando um aumento de infecções sexualmente transmissíveis, além da possibilidade de abortos. Desta forma, o planejamento familiar tem como objetivo

favorecer à livre escolha pelos métodos contraceptivos mais adequados a cada situação, respeitando os princípios éticos e de saúde (FERNANDES; MENDES, 2019).

Sendo assim, o Programa Saúde na Escola é uma importante estratégia para incentivar os adolescentes a participarem do planejamento reprodutivo e evitar uma gravidez indesejada. Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (2018) todas as pessoas devem ter o direito a fazer sua escolha reprodutiva e de ter acesso a informações qualificadas e seguras, além de ter acesso aos meios e métodos para ter seus objetivos atingidos. Portanto, os adolescentes têm o direito de participar do planejamento reprodutivo ou familiar, tendo em vista a necessidade de orientá-los acerca dos seus direitos sexuais e reprodutivos, dos métodos contraceptivos, da sua sexualidade e de como prevenir as IST, a fim de promover a saúde desse grupo e minimizar os riscos e agravos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar também é promover saúde, e por isso, a intersetorialidade das redes públicas de saúde com as de educação, são de suma importância para promover mudanças no estilo de vida e prevenir agravos. Após as análises das reflexões das dinâmicas realizadas em sala de aula e do comportamento dos adolescentes, foi possível perceber que estes possuíam conhecimento prévio acerca da temática de saúde sexual e reprodutiva. Todavia, ainda apresentavam dúvidas acerca da transmissão das IST, o que pôde contribuir para o aumento da ocorrência dessas doenças nessa população, reforçando ainda mais a importância da abordagem desse tema levando em consideração a realidade da população-alvo.

Através dos resultados obtidos, foi possível alcançar o objetivo proposto que era descrever a experiência de acadêmicas de enfermagem atuando no PSE, através de uma abordagem sobre a sexualidade na adolescência. Dessa forma, os resultados deste estudo tendem a contribuir com a formação de profissionais de saúde e estudantes de graduação, de forma a enfatizar a importância do papel da enfermeira para promoção da saúde por meio da educação. Além disso, pode auxiliar a sociedade, de modo a sensibilizar a população sobre a necessidade e importância do Projeto Saúde na Escola (PSE), alertando para a prevenção de gravidez na adolescência e IST.

Isto posto, cabe destacar a presença da enfermeira no contexto da educação, visto que além de desenvolver um importante papel na sociedade, ao atuar juntamente com as escolas, ela aproxima os serviços de saúde para esse público, que muitas vezes não frequenta as unidades de saúde. Destarte, durante as abordagens no PSE, é possível

trabalhar com temas pertinentes aos jovens, tais como: gravidez, IST, AIDS, e desta maneira, trazendo conhecimento para esse público, esclarecendo dúvidas, pode assim, contribuir para minimizar impactos negativos à saúde destes, e promover saúde.

Ademais, percebeu-se uma boa aceitação da enfermeira preceptora e das enfermeirandas por parte dos alunos, uma vez que foi possível perceber que o papel da enfermeira na educação em saúde é de extrema relevância, refletindo, desta maneira, na qualidade de vida dos adolescentes, bem como na prevenção dos riscos e agravos à sua saúde.

No que se refere às limitações da pesquisa, não foi possível abranger todas as turmas de adolescentes devido o curto espaço de tempo disponibilizado pela escola para realizar as atividades. Recomendam-se, portanto, estudos continuados que abordem a temática, a fim de orientar os profissionais de saúde e acadêmicos de enfermagem na abordagem da sexualidade na adolescência, dentro do contexto escolar, auxiliando na realização de dinâmicas interativas e de fácil execução, com a finalidade de evitar riscos e agravos à saúde desse grupo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. M.; ROCHA, L. S. Gravidez na adolescência: reconhecimento do problema para atuação do enfermeiro na sua prevenção. In: Simpósio de Produção Acadêmica, VII., Viçosa- MG. **Anais [...]**. Viçosa: UNIVICOSA, v. 7, n. 1, p. 222 – 227, 2015. Disponível em: <http://academico.univicoso.com.br/revista/index.php/RevistaSimpac/article/view/596/74>. Acesso em: 05 ago. 2022.

ALVES, L. S.; AGUIAR, R. S. Saúde Sexual e Infecções Sexualmente Transmissíveis na Adolescência: Uma revisão integrativa. **Revista Nursing**, [S.l.], v. 23, n. 263, p. 3683-3687, jan. 2020. Disponível em: <http://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/660>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Institui diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Brasília, 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 01 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e Cuidar da Saúde de Adolescentes na Atenção Básica**. Brasília, 2 ed., 2018. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/mis-39790>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BUENO, R. C. P.; RIBEIRO, P. R. M. História da Educação Sexual no Brasil: Apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018. Disponível em: http://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41/42. Acesso em: 01 ago. 2022.

CARVALHO K. N. de; ZANIN, L. ; FLÓRIO, F. M. Percepção de escolares e enfermeiros quanto às práticas educativas do programa saúde na escola. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p. 2325, 2020. Disponível em: <http://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2325>. Acesso em: 1 ago. 2022.

FERNANDES, T. R.; MENDES, C. M. de M. O planejamento familiar como estratégia de prevenção e cuidado na gravidez na adolescência. **Universidade Aberta do SUS (UNASUS)**, Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/13336>. Acesso em: 02 ago. 2022.

FERREIRA, I. G.; PIAZZA, M.; SOUZA, D. Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 1788, 2019. Disponível em: <http://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1788>. Acesso em: 1 ago. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Ministério da Saúde. Principais Questões sobre Planejamento Reprodutivo: contracepção. **Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/planejamento-reprodutivo>. Acesso em: 02 ago. 2022.

GODOY, D. A. Educação em Sexualidade no Brasil: um tour histórico e seus importantes desdobramentos para a formação do educador e desenvolvimento da área na educação escolar. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 272–288, 2018. Disponível em: <http://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/11893>. Acesso em: 5 ago. 2022.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, [S.l.], v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PINHEIRO, Y. T.; PEREIRA, N. H.; FREITAS, G. D. de M. Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 27, n. 4, p. 363-367, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/cadsc/a/gW3nyKfVxBbKHLmF5mwmZ9f/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SALVADOR, M.; SILVA, E. M. Programa Saúde na Escola: saberes e diálogos na promoção da educação sexual de adolescentes. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 73-82, dez. 2018. Disponível em: <http://tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/2522/1944>. Acesso em: 01 ago. 2022.

SANTO NETO, A. F. do E. *et al.* O Programa de Saúde na Escola como uma tecnologia de educação em saúde um relato de experiência. **Redes - Revista Interdisciplinar do IELUSC**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 123-130, dez. 2020. Disponível em: <http://revistaredes.ielusc.br/index.php/revistaredes/article/view/84>. Acesso em: 01 ago. 2022.

SCALDAFERRI, M. M. *et al.* Infecções sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência no contexto de escolas no município de Itapetinga – Ba. In: Seminário Gepráxis, VII Seminário Nacional e III Seminário Internacional, 2019, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: UESB, v. 7, n. 7, 2019, p. 4480-4492. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/8510/8178>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SILVA, Adna de Araújo *et al.* Ações de promoção da saúde no Programa Saúde na Escola no Ceará: contribuições da enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.l.], v. 74, n. 1, p.1-8, mar. 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/reben/a/9tgd3GzTszC4s5fPGkQXxLj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2022.

SILVA, B. L. G. da; ALVES, E. da S.; FORTES, A. F. A. Percepção de estudantes de enfermagem sobre o que é ser enfermeiro. **Arq. Cienc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 23, n. 2, p. 81-88, maio/ago. 2019. Disponível em:

<http://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/6136/3771>. Acesso em: 19 abr. 2023.

VIEIRA, K. J. *et al.* Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes. **Escola Anna Nery**, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 1-6, nov. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ean/a/xhbCGz6p8CgXWxHdhBZJZCy/?lang=pt#>. Acesso em: 05 ago. 2022.